

Ao
Ministério da Agricultura
Coordenação-Geral de Aquisições

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2019**
Processo n.º 21000.033357/2019-62

Prezado (a) Senhor (a) Pregoeiro (a),

1. A empresa DECOLANDO TURISMO E REPRESENTAÇÃO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 05.917.540/0001-58, declara que não possui em seu quadro de funcionários pessoas com deficiência. O seu quadro é de **25 funcionários** registrados (**GUIA FGTS anexo**) portanto conforme determina a LEI abaixo, estamos desobrigados da apresentação do PNE/PTD.
2. A LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, de cotas para Deficientes e Pessoas com Deficiência dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências a contratação de portadores de necessidades especiais.

Art. 93 - a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência, na seguinte proporção:

- até **200** funcionários..... **2%**
- de **201** a 500 funcionários..... **3%**
- de **501** a 1000 funcionários..... **4%**
- de **1001** em diante funcionários... **5%**

3. De modo que a pessoa jurídica com menos de cem (100) empregados não está obrigada a preencher seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência.
4. Isto porque, ainda que não exista previsão legal neste sentido, deve-se observar a regra estampada na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que assim estabelece:
5. Art. 3º. **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**
6. Ou seja, deve-se preservar a isonomia, igualdade e moralidade a fim de não permitir que pessoas jurídicas usufruam de benefícios para os quais não possuem direito.
7. Importante trazer a baila, que este também foi o entendimento da **Agência Brasileira de Inteligência** em seu **Pregão Eletrônico nº. 5/2019, UASG: 110120**, que garantiu o direito de participação no sorteio de empresas que não estão obrigados por Lei a esse tipo de contratação, a qual realizou sorteio entre todas as empresas empatadas.

8.	Pregoeiro 23/04/2019 17:12:39	Para as empresas que não tem mais de 100 empregados, ou seja, não é obrigada a preencher cargos com beneficiários reabilitados ou pessoa portadora apresentar a comprovação do quantitativo de empregados.
	Pregoeiro 24/04/2019 11:21:13	Nos termos do subitem 6.24 do Edital, considerando que ocorreu empate entre as propostas de 16 empresas cadastradas, informamos que o desempate será realizado por meio de sorteio presencial, em ato público, hoje, dia 24/04, às 16 horas, conforme previsto no Art. 45 da Lei nº 8.666/1993.

9. Corroborar com o mesmo entendimento, o **Ministério da Economia – UASG: 170531**, em seu **Pregão eletrônico nº. 2/2019**, de fornecimento de passagens aéreas, em que aquela douta comissão através do pregoeiro oficial, assim se posicionou em sua decisão de recurso quanto ao mesmo tema, *in verbis*:

2.2.2 De acordo com a tese defendida pela Recorrente, somente poderia participar do sorteio a licitante que declarou cumprir a reserva de cargos e provar através de documentos que possui em seus quadros de colaboradores pessoas com deficiência.

2.2.3 Malgrado o princípio da vinculação, a qual estão submetidos os processos licitatórios, não me parece razoável manter esse tipo de imposição limitadora com relação ao emprego de deficiente como fator de diferenciar os licitantes que não estão obrigados pela Lei n.º 8.213/91 a ter pessoa com deficiência em seu quadro. Entendo que, no caso, a flexibilização do princípio da vinculação ao edital, afastando exigências desnecessárias, é o que melhor atende aos demais princípios que regem o procedimento licitatório e que assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2.2.4 Além do mais, a interpretação do subitem 6.22.1.2 deve ser realizada em consonância com o disposto na Lei n.º 8.213/91, que impõe a obrigatoriedade de manter reserva de cargos para pessoa com deficiência apenas às empresas que possuem cem ou mais empregados (Art. 93) e sendo assim, somente essas estariam obrigadas a fazer provar do cumprimento da reserva.

2.2.5 A Administração deve, sempre, decidir em favor da ampla concorrência, e a ampliação da disputa não significa estabelecer quaisquer condições para a disputa, mas, analisar, sempre que possível, a proporcionalidade das exigências para uma dada contratação.

2.2.6 O parágrafo único, do art. 5º, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, estabelece que as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e por isso entendo que decisão levada a efeito no presente certame é a que melhor atende aos demais princípios que regem a licitação.

10. Todos os licitantes ao cadastrarem suas propostas para o Pregão Eletrônico nº. 012/2019 da PGR, certamente declararam a ciência do cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, apenas se **aplicado ao número de funcionários da empresa**, vejamos:

Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

☒ SIM

☐ NÃO

11. Portanto não é legal a obtenção de vantagem, sobre uma regra a qual o licitante não esteja vinculado.

13. Diante dos fatos apresentados, solicitamos que nos seja concedido o direito a participação no sorteio.

Brasília, 30 de outubro 2019.

DECOLANDO TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Raimundo Barros dos Santos
Diretor